

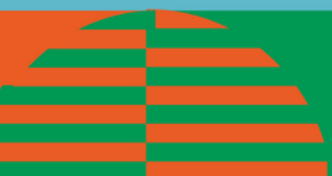
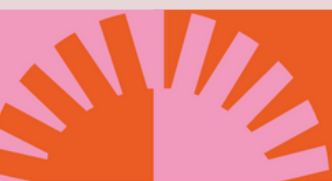


ARTIGO

TFFF

a sigla que é a aposta climática
do Brasil para o mundo

Outubro de 2025



TFFF é a sigla para, em português, **Fundo Florestas Tropicais para Sempre**, uma proposta de novo modelo de financiamento climático para aparentemente beneficiar países do Sul Global. A iniciativa de criação do Fundo é capitaneada pelo Governo brasileiro e está em elaboração para ser apresentada durante a COP 30

Financiamento climático é uma das pautas mais desafiadoras do momento. Países do norte global e os ricos petroleiros colocaram as metas de financiamento para enfrentamento às mudanças climáticas bem abaixo do necessário. Países do Sul global têm mobilizado reuniões e painéis de alto nível para discutir outras formas de financiamento, uma delas é o TFFF, anunciado pelo Brasil desde a COP 28 como proposta do maior Fundo já existente para conservação florestal.

Após o fiasco da COP 29, em Baku, as expectativas de financiamento climático via TFFF têm crescido. Em contexto de rearranjos globais e enfraquecimento do multilateralismo, o TFFF é apontado como alternativa. Na primeira semana de julho, a China sinalizou extraoficialmente o interesse em investir no novo fundo. Para além das metas globais de clima, outras formas de investimento e de aplicação da lógica financeira estão em vista.

A inovação do TFFF estaria na forma de captação de recurso, via mercado privado, onde países, empresas, organizações multilaterais e instituições financeiras pudessem fazer investimentos em florestas, garantindo pagamento por áreas (hectares) de floresta em pé, pagando por resultado, sem se basear em desmatamento evitado.

O funcionamento diferente do modelo de doações é justificado pelo Brasil como via para afastar a imprevisibilidade das doações (<https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202503/em-londres-brasil-avanca-na-construcao-do-fundo-florestas-tropicais-para-sempre>). Estruturas como o Fundo Verde do Clima apresentam limitações, de acordo com o governo brasileiro, comparado ao modelo público-privado pensado para o TFFF.



O TFFF tem chamado atenção de possíveis apoiadores como o Reino Unido, Noruega e Emirados Árabes Unidos, e de organismos como o PNUD, assim como de países a serem beneficiados como Indonésia e República Democrática do Congo. Um dos pontos de maior destaque atrativo para o novo Fundo é a possibilidade de aporte de recursos na ponta para comunidades tradicionais, povos indígenas e quilombolas.

A Aliança Global de Comunidades Territoriais (GATC) declarou em abril de 2025, a oportunidade de fortalecimento de fundos comunitários a partir do aporte a ser feito pelo TFFF (<https://globalalliance.me/pt-br/declaracao-publica-sobre-a-participacao-da-gatc-no-tfff/>).

A participação das organizações da GATC precisa ser garantida desde a formulação do TFFF. Do contrário, tal como ocorrido a nível doméstico com a elaboração da Lei do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE), o resultado final apresenta contradições sobre os direitos de povos indígenas, comunidades tradicionais e quilombolas.

Diante da evolução da proposta, com três Notas Conceituais já formuladas, sendo a mais recente lançada em agosto pelo Governo brasileiro, organizações da sociedade civil têm reivindicado maior observância de mecanismos que garantam efetividade à proteção das florestas. Maior transparência na origem e aplicação dos recursos, monitoramento efetivo das áreas conservadas, garantia de salvaguardas socioambientais, suporte técnico para comunidades florestais foram propostas apresentadas em diversas cartas elaboradas por organizações do mundo todo.

A Coalizão Global de Florestas tem destacado que o contexto de violações de direitos humanos já existentes em especial na América Latina por projetos de mercado de carbono deve ser considerado nas análises sobre o TFFF e que a adição de mais uma camada de iniciativa financeira para florestas deveria ser contextualizada (<https://globalforestcoalition.org/report-tfff/>).



A possibilidade de criação de dívida para os países, a partir dos títulos de dívida sustentáveis verdes e azuis, é um ponto preocupante dentro do modelo proposto pelo Brasil. “O Brasil é uma potência ambiental” declarou a Ministra Marina Silva e se torna um ator ainda mais relevantes, porém a estratégia de “parceria” com investidores em uma lógica de mercado, pode ser uma arriscada forma de gestão de florestas medida pelo valor financeiramente estipulado para a área de floresta conservada e consequentemente um valor, precificado, do território.

O caminho para a COP30 não deve ser uma pista de prova de 100 metros rasos onde a liderança brasileira teria poucos meses para fechar tratativas. Apesar da urgência de respostas frente à crise climática, precisamos de tempo para alcançarmos boas metas. Ainda mais agora com possível patrocínio chinês, o Brasil tende a correr e atropelar etapas importantes.

Autor

Pedro Martins

Educador da FASE Amazônia,
Mestre em Agricultura Familiar e
Desenvolvimento Sustentável e
Doutorando em Desenvolvimento
Socioambiental pelo NAEA-UFPA,
Universidade Federal do Pará (UFPA).



Justiça Climática: as soluções vêm dos territórios

A campanha “**Justiça Climática: as soluções vêm dos territórios**”, uma iniciativa da **FASE** no contexto da **COP30 e da Cúpula dos Povos**, destaca as verdadeiras soluções climáticas, que emergem dos territórios, dos saberes populares e da mobilização coletiva.

Denunciamos a **apropriação dos territórios** e a **invisibilização de povos** nos debates sobre a crise climática e pautamos as soluções reais que nascem das práticas tradicionais e da resistência coletiva dos povos, na cidade, no campo, na floresta e nas águas.

Não há justiça climática sem a soberania dos povos.



fase.org.br



[@ongfase](https://www.instagram.com/ongfase)



facebook.com/ongfase



linkedin.com/FASE



[@ongfase](https://twitter.com/ongfase)



youtube.com/@ongfase

